

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

FERNANDA JORDÂNIA PEREIRA DA SILVA

**UMA ANÁLISE DE PERMANÊNCIAS DE PRÁTICAS
OLIGÁRQUICAS NA POLÍTICA PARAIBANA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE ITAPOROCA (1962-2012)**

GUARABIRA
2014

FERNANDA JORDÂNIA PEREIRA DA SILVA

**UMA ANÁLISE DE PERMANÊNCIAS DE PRÁTICAS
OLIGÁRQUICAS NA POLÍTICA PARAIBANA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA (1962-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título de
licenciada em História.

Orientador: Tiago Bernardon de Oliveira

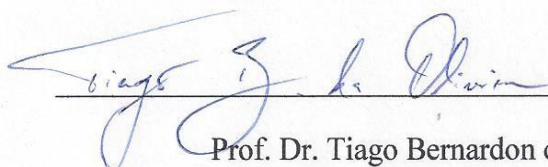
**GUARABIRA
2014**

FERNANDA JORDÂNIA PEREIRA DA SILVA

**UMA ANÁLISE DE PERMANÊNCIAS DE PRÁTICAS
OLIGÁRQUICAS NA POLÍTICA PARAIBANA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE ITAPOROCA (1962-2012)**

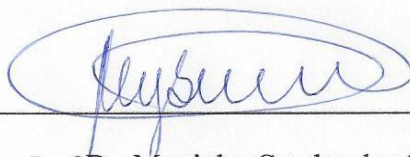
Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título de
licenciada em História.

TCC defendido em 05/12/2014



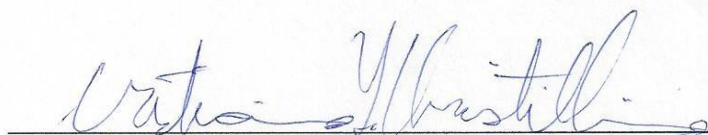
Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Orientador



Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

Examinador



Prof. Dr. Christiano Luís Cristillino

Examinador

Ficha Catalográfica

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Fernanda Jordânia Pereira da
Uma análise de permanências de práticas oligárquicas na política paraibana [manuscrito] : O caso do município de Itapororoca (1962-2012) / Fernanda Jordania Pereira Da Silva. - 2014.
36 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira, Departamento de História".

1. Oligarquia. 2. Coronelismo. 3. Voto. I. Título.

21. ed. CDD 342.07

SUMÁRIO

Introdução	6
As oligarquias na América Latina	7
O Estado oligárquico no Brasil e na Paraíba	13
Disputas entre parentelas ao longo do século XX: o caso de Itapororoca, Paraíba.....	20
Conclusão	33
Bibliografia.....	36

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos um pouco do passado político brasileiro, facilmente verificamos a constante busca de grupos familiares em permanecerem como detentores do poder político em determinadas áreas, utilizando para sua permanência meios e práticas tão antigos que antecedem o período republicano brasileiro.

Ao longo da história brasileira, é comum perceber que para muitos o exercício do poder político representa um *status* de distinção, um posto de regalias, com acesso facilitado ao uso indiscriminado pela coisa pública, almejados não apenas pelo líder, mas por todos aqueles que carregam seu sobrenome ou são seus aliados políticos. Assim, a permanência no poder se tornou para muitos dos nossos políticos algo prioritário, pois a partir dele se exerce formas de controle econômico e social que lhe beneficiam diretamente. E como formas para a perpetuação no poder, se valeram do exercício de práticas patrimonialistas, clientelistas e mandonistas. Ou seja, constituíram-se práticas oligárquicas no cenário político brasileiro.

Tais práticas oligárquicas permanecem camufladas em meio aos vários discursos democráticos, produzidos pelos indivíduos que conduzem a política brasileira. A criação de “currais” eleitorais (expressão que remete à Primeira República e tende, pejorativamente, a atribuir um controle absoluto de políticos oligárquicos sob seu eleitorado, como se fossem animais domesticados e não agentes políticos que pensam e agem de acordo com seus interesses), da barganha de votos, dentre outras, ainda são facilmente observadas no vocabulário das discussões políticas contemporâneas. A revista *Época*, em setembro de 2012, no artigo intitulado “Eleição à venda: o mercado de votos que ainda assola o Brasil”, relatou a modernização de práticas tradicionais vigentes hoje. O texto se refere ao funcionamento dos “currais” eleitorais modernos, a compra de votos em áreas pobres das grandes cidades, no exemplo dado pela revista à cidade de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e a constituição de novas formas de “coronéis”, homens utilizando a pobreza do outro para seu beneficiamento. Tal artimanha de compra de votos em troca de benefícios imediatos ao eleitor é considerada ilegal, segundo a lei 9.840 de 1990 que define tais práticas como “captação indevida do sufrágio”. De acordo com o que está prescrito na lei, o candidato é banido ao doar, oferecer e prometer, ao eleitor, a fim de obter o voto ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive, emprego ou função pública, desde o registro da candidatura, até o dia da eleição.

O artigo a seguir tem o intuito de analisar brevemente como as práticas oligárquicas/tradicionais se fizeram enraizar na nossa sociedade até os dias atuais, na maneira de se ver e fazer a política. O texto procurará enfatizar a formação dos grupos políticos familiares como importante elemento para a perpetuação das práticas políticas tradicionais, tendo em vista seus próprios interesses.

Assim, no primeiro tópico, iniciamos com o conceito de oligarquia e como ela se fez presente nos países latinoamericanos e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo no continente. No tópico seguinte, veremos um pouco do cenário político brasileiro e paraibano, o surgimento da figura do coronel no interior do país e algumas das práticas tradicionais ligadas diretamente às existentes no conjunto dos países latino-americanos. No terceiro tópico, veremos como essas práticas políticas, carregada por uma herança oligárquica, permanece no contexto atual em cidades do interior do país. Para isso utilizaremos como foco de análise a cidade de Itapororoca, na Paraíba na segunda metade do século XX, em especial durante a ditadura militar.

AS OLIGARQUIAS NA AMÉRICA LATINA

É bastante comum encontrarmos, na atualidade dos cenários políticos nacional, grupos familiares dominando o poder político estadual ou municipal. Em alguns lugares, o sobrenome é a principal referência política, mais de que os partidos políticos, para eleger seus representantes, nos mais variados cargos. As permanências do nepotismo e do apadrinhamento, por exemplo, são tradicionais práticas oligárquicas existentes em nosso país, usuais há mais de um século.

Os Estados oligárquicos se fizeram presente em todos os países latino-americanos principalmente durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, quando as oligarquias dominaram de forma hegemônica os Estados nacionais da América Latina até o seu enfraquecimento ocasionado, dentre outros fatores, pela expansão e crises do capitalismo a partir do entreguerras. Suas práticas contribuíram para a solidificação de ideias e ações que ao longo dos anos se transformaram em práticas naturalizadas, enraizadas nos cenários políticos nacionais, ainda que tenham enfrentado fortes oposições ao longo da história de cada realidade específica. Assim, para entender os fatores que ocasionam formas de dominação e exercício do poder de

determinados grupos políticos no presente é necessário conhecer um pouco do passado. Para tanto, vejamos, neste item, o conceito de oligarquia, o apogeu de suas práticas, para, enfim, compreender suas permanências na atualidade.

A definição de oligarquia é complexa e possui diversos sentidos, que, por sua vez, remontam à filosofia antiga. Segundo Norberto Bobbio (1998, p. 857), que sistematiza a trajetória de sentidos atribuídos ao termo em verbete contido em seu *Dicionário de Política*, “oligarquia” seria uma forma de governo na qual um reduzido grupo de privilegiados assumiria o poder e o controlaria, constituindo-se como um governo sem base popular. Seus membros, no entanto, não se definem enquanto oligárquicos devido aos aspectos negativos que o termo carrega. Por sua vez, aristocracia seria o governo dos melhores (*aristoi*), comandada não necessariamente pelos nobres, mas por pessoas sábias, capacitadas para a condução do Estado. Diferentemente do que ocorre na oligarquia, os aristocratas se definem como tais, por verem o título com nobreza como algo positivo a ser enaltecido (BOBBIO, 1998, p. 857).

De acordo com a filosofia política clássica, um governo oligárquico seria extremamente danoso, pois, segundo Platão, a oligarquia se baseia no patrimônio e quem detém os bens são os ricos. Assim os pobres seriam impedidos de compartilhar o poder devido à escassez de recursos e estariam à mercê dos interesses plutocráticos. Aristóteles, por sua vez, também tende a conceituar “oligarquia” como uma forma de governo onde os ricos dominam. (BOBBIO, 1998, p. 835)

Da antiguidade para o século XIX, o conceito de oligarquia não sofreu grandes modificações, prevalecendo como um governo de minorias organizadas que articulam o poder para mantê-lo em seu domínio:

[...] Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de governo, mas se limita a chamar nossa atenção pelo fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligado entre si por *vínculos de sangue, de interesses ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para o conservar* (BOBBIO, 1998, p.835) (grifos meus)

Ou seja, a definição de oligarquia compreende as práticas de privilégios ao seu grupo particular, fechado por laços de parentesco através do uso do poder público, não sendo caracterizada com nenhuma forma de governo específica, porém sendo associada a inúmeros Estados na atualidade devido às práticas de exercícios e transmissão de

poder político e do uso do aparelho estatal de modo patrimonialista. Por outro lado, deve-se assinalar que, segundo a Teoria das Elites¹, as oligarquias seriam a única forma de governo possível, podendo variar de lugar para lugar, porém suas práticas seriam as mesmas. É o que Robert Michels vai colocar como “fenômeno orgânico”, de acordo com Norberto Bobbio:

A formação das Oligarquias no seio das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e, por isso, uma tendência a que se submete necessariamente toda a organização, inclusive a socialista e libertária (BOBBIO, 1998, p. 836).

Assim, de uma forma ou de outra, essa perspectiva tende a neutralizar bastante os aspectos negativos da expressão oligarquia, dando a ela um ar de naturalidade, neutralidade e um caráter orgânico, como se fosse um mal que não se poder evitar. Neste sentido, o discurso cético criado pela Teoria das Elites é bastante ampliado, passando a afirmar que em todas as formas governamentais, até as democráticas, socialistas ou libertárias, em qualquer instância, mesmo nas associações de trabalhadores, possuem práticas oligárquicas, em que o centro das decisões sempre orbita em torno de um ou outro grupo bastante reduzido de indivíduos. Neste sentido, cada sociedade se adequaria a um sistema oligárquico distinto aplicado de acordo com interesse da classe dominante, levando em consideração o seu distanciamento do ideal democrático e a sua posição na escala de modernização.

Em contrapartida, porém, para Bobbio (1998), em muitos casos, é conceituado como oligárquico simplesmente o regime considerado não democrático. Assim, a formação das oligarquias, nos moldes de um regime antidemocrático, surgiu nos países latinoamericanos através da dominação tradicional da classe dominante ligada às estruturas agrárias latifundiárias. Os Estados oligárquicos na América Latina tiveram seu apogeu no século XIX, participando da formação dos Estados nacionais, e a sua decadência se verificaria ao longo do século XX graças, segundo muitos autores que serão remetidos a seguir, à expansão do capitalismo, deixando uma herança muito marcante na sociedade latinoamericana.

Durante o século XIX, período de preponderância do Estado oligárquico na América Latina, foi iniciado o processo de implantação do capitalismo que, posteriormente, no mesmo século, confrontaria a classe tradicional, baseada no

¹ Surgiu no final do século XIX pelo filósofo italiano Gaetano Mosca para salientar a existência de elitismos em qualquer sociedade. De acordo com esta teoria, sempre existiu e tende a sempre existir uma minoria detentora do poder que impõe suas vontades sobre o restante da sociedade.

latifúndio monocultor e exportador, não a extinguindo por completo, mas retirando de suas mãos uma grande parcela de seu poder sobre o Estado, redimensionando sua posição diante das necessidades do capital financeiro e industrial em expansão.

Segundo Cláudia Wasserman (1998, p. 54), a constituição da classe dominante e a concentração do poder oligárquico nos países latinoamericanos ocorreram em meio ao processo de independência e formação de seus Estados nacionais. As independências na América Latina teriam surgido como resultado da crise do sistema colonial, junto com as disputas internas entre os grupos sociais que controlavam o aparato produtivo. Tal período de “anarquia”, marcado pela estagnação econômica e a desarticulação dos centros produtivos, gerou um aumento no poder das oligarquias regionais, que passaram a comandar os centros produtivos nacionais, se constituindo como as únicas aptas para lutar pelo poder dos novos Estados:

[...] o Estado nacional na América Latina constituiu-se quando um setor da Oligarquia ou um grupo importante de proprietários rurais, em regiões bem cotadas e com produção importante para exportação, conseguiu consolidar-se como classe economicamente dominante e politicamente hegemônica. Este setor elimina o jacobinismo advindo da participação de mais classes sociais nos processos de independência, e a oligarquia central assume compromissos com os grupos periféricos, cujos produtos eram preteridos no mercado mundial (WASSERMAN, 1998, p.55).

Ao se constituírem como classes dominantes dos novos países, os latifundiários locais e grandes comerciantes trouxeram consigo a estrutura social da colônia: preponderância agrária baseada no latifúndio, com relações de produção pré-capitalistas e dependentes dos centros de comercialização e financiamentos externos.

No entanto, segundo Augustín Cueva, mesmo apresentando características pré-capitalistas, o Estado oligárquico foi responsável pela implantação do modo-de-produção capitalista na América Latina, porém de forma contida, ao mesmo tempo freando a plena modernização capitalista:

(...) [A] primeira tarefa histórica do [Estado oligárquico] consiste, portanto em forjar um quadro jurídico-político adequado à realização da acumulação primitiva de capital, erigindo-se em uma potência suficientemente autoritária para vencer toda resistência que os grupos prejudicados possam oferecer. (CUEVA, 1983, p. 126).

Assim, para o estabelecimento do modo-de-produção capitalista, as oligarquias, fizeram uso de um forte autoritarismo para estender as fronteiras do capital em diversos países, como criar formas para a expropriação dos produtores diretos e para a

transformação dos produtos “livres” de toda a propriedade em força de trabalho à disposição das fazendas para o crescimento da produção capitalista.

Conforme Wasserman (1998, p. 61), em fins do século XIX, portanto, a economia latinoamericana era predominantemente primário-exportadora, marcada pela presença do latifúndio sob o controle de uma minoria que, por sua vez, valia-se diretamente também da política para exercer sua dominação social. As oligarquias continham a expansão do mercado interno a fim de manter o trabalhador rural ligado à terra, cada vez mais proletarizado e condicionado pelo mercado, constituindo-se apenas como um prolongamento do mercado externo em expansão. Mesmo assim, a classe dominante realizou o processo de acumulação de capital devido à constituição da propriedade capitalista e a criação de uma mão-de-obra livre, proletarizada. Porém, a transição completa para o modo-de-produção capitalista, neste momento, não se concretizou, prevalecendo a manutenção das relações pré-capitalistas de produção. Em países como o Brasil, por exemplo, podemos observar que a predominância agrária adentrou no século XX:

Até 1930, o Brasil ainda era um país predominantemente agrícola [...] A economia passava pela fase que se convencionou chamar de ‘voltada para fora’, orientada para a exportação [...] Na primeira década após a independência, três produtos eram responsáveis por quase 70% das exportações: o açúcar (30%), o algodão (21%) e o café (18%). (CARVALHO, 2011, p.54).

Em suas relações com a força de trabalho, os latifundiários exerciam a dominação de seus subordinados através de formas autoritárias, utilizando a força e elementos paternalistas para buscar controlá-los, remunerando-os com valores, em muitos casos, insignificantes:

[...] as oligarquias exigiam um desdobramento da jornada de trabalho em troca da mesma retribuição na forma de salário, espécie ou abatimento de dívidas, para aumentar as rendas obtidas. Nestes casos, a acumulação de capital se realiza[va] através do redobramento da exploração e a ‘evolução’ ou ‘progresso’ ocorrem através da extração de mais-valia absoluta, o que patentiza o caráter reacionário da apropriação de excedentes. (WASSERMAN, 1998, p.59).

Ou seja, além de acumular capital através das exportações de produtos primários, ocorreu um aumento na exploração da força de trabalho, que proporcionava o lucro e o poder acumulado pela oligarquia.

Por outro lado, práticas patrimonialistas permaneciam também devido à centralidade econômica do latifúndio. Os benefícios desenvolvidos pelos órgãos

governamentais seriam distribuídos conforme o interesse dos latifundiários, servindo-se de obras de infraestrutura, construções de ferrovias e portos, facilitando o transporte e o despacho dos produtos exportados; e o desenvolvimento de atividades bancária, mercantis e burocráticas, criadas para servir aos interesses centrais das oligarquias. Por sua vez, o que não interessava ao grupo oligárquico era esquecido, como por exemplo, as áreas urbanas que sofriam com os males das epidemias, mortalidades, etc. (WASSERMAN, 1998, p.60). Desta maneira, o sistema patrimonialista-oligárquico beneficiava uns e outros não, privilegiando sempre o que lhe interessava, o que gerasse riqueza e poder. Neste sistema, não importavam as consequências dos seus atos e sim os benefícios que se iria receber em troca.

De 1880 a 1920 as oligarquias controlavam a política nos Estados latinoamericanos, enquanto o liberalismo se limitava ao livre comércio e práticas autoritárias prevaleciam nas relações sociais e políticas. Na realidade, o liberalismo econômico e o autoritarismo político alimentavam um ao outro: as oligarquias dependiam do livre comércio, e o livre comércio do autoritarismo e controle social das oligarquias sobre as camadas populares. O predomínio oligárquico foi possível graças aos altos índices demográficos nas áreas rurais, tendo em vista que os latifundiários exerciam sobre os votantes (seus empregados e familiares) um forte controle político e social, resultante da concentração de terras. Assim, o trabalhador rural pobre seguia as escolhas feitas pelo seu patrão, seja através de práticas repressivas ou através de práticas paternalistas, sob forma de benesses em casos de agruras:

O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade. O voto era um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão (CARVALHO, 2011, p.35).

A fim de garantir o controle sobre a população, a terra e o poder político, as oligarquias latinoamericanas, ao mesmo tempo que estimularam e valeram-se da expansão capitalista, tenderam a impossibilitar ao máximo possível a introdução do trabalho assalariado e atividades como a industrial, desenvolvidas, no entanto, como atividade subordinada ao setor primário-exportador. Segundo Wasserman (1998, p. 65), quando perceberam que não tinham forças para conter a expansão burguesa e suas necessidades que precisavam superar limites ligados centralmente aos interesses agrários, as oligarquias passaram o poder para novas frações da classe dominante, porém permanecendo fortemente ligadas às mesmas.

Em alguns países da América Latina, as oligarquias perderam espaço. No entanto, verificam-se a continuidade de elementos oligárquicos no conjunto do continente. Ou seja, os aspectos característicos do sistema sociocultural da tradição oligárquica ainda persistem, ainda que de forma fragmentada, em diversos países latino-americanos. De acordo com Claudia Wasserman (1998, p. 66), isso ocorreu devido às burguesias nacionais, ao tomarem o controle do poder político, valeram-se e articularam-se com as formas políticas predominantes no Estado oligárquico tradicionalmente ligadas ao latifúndio exportador. Tais grupos remanescentes se empenham para a conservação da tradição oligárquica através da manutenção, por exemplo, da concentração de renda, riqueza e poder; da intensa segregação racial ligada à conservação do discurso de superioridade da cor branca; e da desigualdade regional gerada pelo atrito entre as regiões privilegiadas economicamente e as menos favorecidas (WASSERMAN, 1998, p. 66). Assim, o regime autoritário persiste e a “antiga” estrutura agrária permaneceu graças ao arraigado poder do latifúndio.

Enfim, o Estado oligárquico predominou nos países latinoamericanos firmando-se com uma política centrada no latifúndio. O controle político, econômico e social do Estado concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terra seria posteriormente reivindicado também por outros grupos emergentes da sociedade, por exemplo, as burguesias nacionais, que passariam a questionar alguns obstáculos à maior expansão do capitalismo. Na maior parte dos casos, houve, porém, adaptações entre esses setores das classes dominantes, que resultaram em rearranjos da distribuição do poder político, que, ao mesmo tempo, continuaria a impor limites à participação mais efetiva das camadas populares. Desta forma, os Estados oligárquicos foram extintos na América Latina, porém, suas práticas adentraram nos regimes ditos democráticos, fazendo-se presentes em vários resquícios espalhados na sociedade atual. A partir desta perspectiva, vejamos como as oligarquias se fazem presente no território brasileiro tomando um caso do interior da Paraíba.

O ESTADO OLIGÁRQUICO NO BRASIL E NA PARAÍBA

No item anterior, vimos como alguns elementos de como os Estados oligárquicos se constituíram e se afirmaram na América Latina, sua ascensão e decadência (em alguns países) e os costumes adotados por seus representantes na forma de exercer a política. A partir de agora, faremos uma breve análise da história política brasileira, discutindo aspectos importantes presentes no período republicano, relacionados a permanências de práticas oligárquicas na Paraíba da segunda metade do século XX e início do século XXI. Veremos como o poder oligárquico se implantou nos estados federativos do Brasil republicano, incluindo a Paraíba, e em cidades do interior nordestino. Para tanto, atentemos para a figura do coronel, que surgiu no plano local/estadual como o homem de poder político, econômico e social, como detentor da terra e chefe local. Isso é fundamental, para compreendermos o exemplo da cidade de Itapororoca, na Paraíba, que será analisado a seguir como um rápido estudo de caso.

A Proclamação da República não ocasionou profundas transformações para o Estado brasileiro. Devido ao passado colonial e à influência oligárquica no país, o que se observou foi a permanência de práticas patrimonialistas e clientelísticas, a fim de legitimar grupos restritos formados por pessoas ligadas seja pelo aspecto sanguíneo (os grupos familiares), seja pelo regime de reciprocidade (alianças) no controle político de um determinado território. Ou seja, o público foi tomado pelas mãos de senhores de terras e de homens, que sem uma efetiva participação popular, estimularam a proclamação da República realizada um ano após a abolição da escravidão, tornando o país um Estado Democrático no papel e um Estado Paternalista/Coronelistas na prática.

Através da adoção do federalismo² pelo regime republicano, ocorreu um fortalecimento dos grupos familiares locais e regionais, que através de manobras e acordos políticos revezaram-se no poder, de modo que ficou caracterizada, nos anos posteriores à proclamação da República no Brasil, uma forma de poder personificada, naturalizada, ligada diretamente aos interesses particulares dos grupos nacionais e locais (SANTOS NETO, 2012, p.89). Ou seja, o ideal republicano de imparcialidade, de liberdade, na prática não ocorreu. O Estado Democrático garantia a liberdade, mas o paternalismo e o clientelismo existentes restringiam as opções e possibilidades do

² Sistema adotado após a Proclamação da República no Brasil que compartilha o poder a nível local, regional e nacional, conferindo poder aos eleitos que criam e administram as políticas conforme a necessidades locais e regionais. (Disponível em: <http://www.embaixada-americana.org.br/democracia/federalism.htm>. Acesso em: 06 de dezembro de 2014)

eleitor, levando-o a atender os interesses das facções oligárquicas sob pena de retaliações.

O modelo republicano federalista concedeu total autonomia aos Estados, permitindo aos grupos políticos a liberdade de ação, e garantindo, as prerrogativas de poder local de acordo com seus interesses (SANTOS NETO, 2012, p.88). Os grupos dominantes, manipulando a liberdade garantida pelo federalismo, se solidificaram no plano estadual graças ao surgimento do cargo de governador. Em volta deste chefe estadual se associavam as oligarquias locais, comandadas pelos coronéis, ganhando impulso nacional após a implantação da “política dos governadores”, por Campos Sales, em 1898, uma prática política informal que consistia em consensos oligárquicos estabelecidos para as sucessões presidenciais do país, através de acordos entre os estados, personificados nas figuras dos governadores, eles próprios resultados de disputas e acordos oligárquicos no interior de cada estado. A partir daí, o coronelismo, conheceu seu apogeu, baseando-se na reciprocidade entre o coronel (detentor do chamado “voto de cabresto”) e os políticos do plano estadual, e destes com o governo federal (CARVALHO, 1996).

Na obra clássica de Victor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto” (1948), “coronelismo” seria uma prática política constituída por uma complexa rede de relações que envolvem compromissos recíprocos, garantindo sua permanência, em alguns casos, pelo uso da violência. O “coronel”, termo atribuído aos grandes proprietários rurais que recebiam o título de comandantes da Guarda Nacional ainda no período imperial, seria aquele que reuniria uma grande quantidade de eleitores, dando assistência aos seus subordinados, constituindo-se como chefe político local. Semelhante ao que ocorre nos países vizinhos, a concentração da propriedade no meio rural gerava um fenômeno de dependência entre o pobre trabalhador rural e o coronel. A precária situação econômica faz com o roceiro se submeta ao controle do coronel, que o utiliza como força de trabalho nas suas propriedades e como aliado político:

[...] o roceiro vê sempre no ‘coronel’ um homem rico, ainda que não o seja, rico, em comparação com sua pobreza sem remédio [...] É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita (LEAL, 1948, p. 24).

Assim, em troca de votos, o coronel, supre algumas necessidades básicas dos eleitores, além de arcar com as despesas no dia do pleito, transporte e alimentação. As

peças que fazem parte desse grupo constituiriam aquilo que ficou conhecido como “curral eleitoral” ou “votos de cabresto” de um coronel. Por ser o detentor desses “votos de cabresto”, ou seja, de uma quantidade considerável de votos, e pela sua situação econômica e social, o “coronel” tem prestígio político frente ao chefe estadual, que, em contrapartida, lhe concede o controle sobre os cargos públicos e outras regalias nos níveis locais e mesmo estaduais, em troca de votos.

O chefe político seria, assim, o “mandão”³ local, aquele que lidera que controla um grupo de pessoas devido à sua posição econômica ou social. Em muitos casos, os chefes locais não se constituem como “coronéis”, no entanto, estão a eles ligados umbilicalmente:

A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida à qualidade de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são, parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”. (LEAL, 1948, p. 22).

Desta maneira, tais indivíduos, com ou sem terra, ao fazer parte do grupo do coronel alcançam visibilidade no cenário local ao assumirem os postos de benfeitores, aqueles que dão assistência ao roceiro, como se fosse um favor oriundo de bondade pessoal. Sua mentalidade está diretamente ligada à sua área de dominação, ao grupo do qual ele faz parte, independentemente dos grupos estaduais e federais. Segundo José Murilo de Carvalho, deste modo o coronel concentrava em si um forte poder político, econômico e social dentro de sua área de dominação:

O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel. Seus amigos e aliados eram protegidos, seus inimigos eram perseguidos ou ficavam simplesmente sujeitos aos rigores da lei. Os dependentes dos coronéis não tinham outra alternativa senão colocar-se sob sua proteção. Várias expressões populares descreviam a situação: ‘Para os amigos, pão; para os inimigos, pau.’ Ou então: ‘Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei’ (CARVALHO, 2011, p. 57)

Desta maneira, o coronel apresentava-se no cenário local como figura principal, como protetor dos seus aliados e perseguidor de seus opositores. Segundo Boris Fausto (2006), um “coronel” servia como ponto de referência no que se refere à distribuição

³ Segundo José Murilo de Carvalho (1997), o “mandão” é aquele que, em função do domínio de algum recurso (posse da terra, por exemplo), desempenha sobre a população um controle pessoal e arbitrário que o impede de ter acesso à sociedade política. Assim, o mandonismo seria uma característica da política tradicional, presente no coronelismo.

dos indivíduos no espaço social, na forma de identificar quem fazia parte do seu grupo. Assim, o sobrenome ou o grau de intimidade com o coronel (amigo, compadre, conhecido, etc.) era constantemente pronunciado na intenção de indicar qual o lugar social, econômico que o indivíduo fazia parte, além de indicar a sua posição política.

Apesar de Victor Nunes Leal identificar o fim do coronelismo com o fim da Primeira República, ainda é visível a presença de resquícios desse sistema político espalhados por todas as partes do país, como por exemplo, no estado da Paraíba.

As manobras políticas paraibanas da Primeira República destacaram-se pelo seu forte protecionismo econômico, clientelismo, ligados diretamente aos interesses dos grupos oligárquicos hegemônicos. As disputas pelo poder entre famílias eram constantes. As oligarquias (situacionistas e oposicionistas) que almejavam monopolizar o poder local entravam em duras batalhas contra famílias rivais, a fim de ter para si o controle sobre o empreguismo e os cargos burocráticos. Na luta pelo poder, os “coronéis” utilizavam-se de todas as armas legais ou ilegais, violentas ou não, para atingir seus objetivos:

A batalha eleitoral era iniciada antes do pleito. Durante o alistamento eleitoral, cada oligarquia procurava recrutar o maior número de eleitores, recorrendo inclusive, ao alistamento clandestino. Por ocasião das eleições, os chefes políticos costumavam falsear os votos e os resultados das urnas contabilizando votos existentes ou não para seus candidatos. (GURJÃO, 1999, p. 56).

Tais artimanhas eram utilizadas de forma costumeiras na tentativa de manter os grupos familiares de cunho coronelístico-oligárquicos no controle do poder. Os grupos de minorias organizadas consolidaram-se na arena política, ganhando destaque local, ao dominar seus “grupos eleitorais” através de práticas presentes desde o período colonial. Porém, conforme o próprio José Murilo de Carvalho (2011) aponta, deve-se assinalar que o voto como moeda de troca não deve ser entendido unicamente como resultado de uma prática meramente inconsciente ou “irracional”, conforme o termo “currel” eleitoral sugere, ao comparar eleitores oriundos das classes populares a animais domésticos. Deve-se levar em conta que ainda durante o Império, o conjunto de votantes passou a tomar consciência de que os resultados dos pleitos, dadas as profundas estruturas do sistema social, econômico e político vigente, não causariam mudanças significativas sobre suas condições de vida. Neste caso, frente aos estritos limites políticos-sociais vigentes, os eleitores, sobretudo, mas não apenas, oriundos de camadas pobres, passaram a tirar proveito da situação, com seu voto sendo uma peça de

barganha em situações excepcionais em relações usualmente excludentes. A lealdade ao chefe seria de forma gratuita ou comprada das mais variadas formas, em troca de vestuário, alimentação, cargos públicos, etc.. No entanto, esta segunda opção era uma possibilidade de trazer benefícios pessoais imediatos onde as possibilidades de melhorias eram sempre estruturalmente muito restritas (CARVALHO, 2011, p. 35).

Ao longo dos anos, tais formas políticas estiveram intimamente atreladas ao patrimonialismo, mandonismo e ao clientelismo⁴, envolvendo concessões de benefícios públicos, na forma de benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto (CARVALHO, 1997). Apropriação de cargos públicos é uma das várias formas encontradas para a preservação do poder a fim de prender os indivíduos:

A manutenção do controle político demandava uma distribuição cuidadosa dos cargos disponíveis na região, e deveria ser entregue aos indivíduos capazes de retribuir com lealdade a confiança dos chefes. A nomeação de um cargo qualquer sempre simbolizava um favor não só para o sujeito investido, mas para todo o seu grupo familiar. (TERUYA, 2012, p. 264).

Ou seja, os cargos públicos criados pelos órgãos municipais e estaduais serviam ao sistema oligárquico como uma forma de conservar e ampliar sua rede de aliados. Todas as pessoas, fossem eles ricos ou pobres, faziam parte de um grupo familiar, as chamadas “parentelas”⁵. Tais grupos serviam de base para a sustentação e preservação do grupo coronelístico-oligárquico, sendo constituídas por pessoas ligadas pelo parentesco carnal ou matrimonial, e alguns casos por laços de afetividade. Porém, a parentela vai além da família nuclear, estabelecendo, numa rede de reciprocidade, proteção a tios, avós, netos, na linha paterna e materna, mantendo-se, até os dias atuais, tanto no aspecto local como nacional (FAUSTO, 2006, p.184). Desta maneira, o apadrinhamento e o nepotismo marcam território no cenário político como forma de conservação da parentela, reservando e concedendo todos os benefícios desejados:

Se uma pessoa vem a ocupar um posto de comando na organização político-administrativa, não é raro presenciar-se a ascensão de grande número de pessoas da ‘terra dele’. Não só parentes de todos os graus, mas também amigos de infância, antigos colegas de trabalho, vizinhos, parentes e amigos desses vizinhos e amigos ocupam cargos de ‘responsabilidade’ de ‘confiança’ em torno do novo potentado. O chamado familiarismo e outras formas de

⁴ Clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessões de benefícios públicos nas formas de empregos ou isenções em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. As relações clientelísticas vão se adequando conforme o tempo e as necessidades existentes, servindo sempre ao interesse do chefe político (CARVALHO, 1997).

⁵ Rede de solidariedade econômica (auxílio econômico aos membros) e política (garantia de lealdade política). Aliança de base afetiva e de interesses econômicos e políticos, relacionando-se de forma harmoniosa, com possibilidade de competição e rivalidade, podendo, contudo, ocasionar rupturas em seu interior. (FAUSTO, 2006, p. 186)

nepotismo podem ser classificados como aspectos do patrimonialismo. Já que este se baseia em relações de lealdade e confiança pessoal, é óbvia a vantagem que traz a preferência dispensada a parentes, amigos e conhecidos, expostos ao controle da mesma estrutura local. (LEAL, 1948, nota 45, p. 43)

Ou seja, o “coronel” se constitui como a figura principal da sua parentela e das parentelas aliadas. Os membros que as constituem, por sua vez, apresentam-se subordinados a autoridade do “coronel”, que, em troca, concede o apoio e a proteção necessária aos seus interesses econômicos. O grupo familiar do qual o “coronel” faria parte seria, desta maneira, beneficiado de forma social e econômica dentro da base territorial de dominação.

No plano nacional, durante a década de 1920, as oligarquias entraram em crise agravada devido às novas necessidades do capitalismo (expansão do comércio, da indústria e das profissões liberais) e ao esgotamento do bloco. Na Paraíba é iniciada, em fins da década de 20, por João Pessoa, uma política a fim de diminuir o poder das oligarquias, gerando um conflito interno ao equilíbrio oligárquico estadual, tendo em vista que o próprio João Pessoa fazia parte do grupo oligárquico comandado por Epitácio Pessoa. Devido à reforma tributária implantada por João Pessoa, em 1928, os grupos oligárquicos se voltaram contra o governante ao se verem impedidos de importar e exportar suas mercadorias com os estados vizinhos, gerando revolta entre os coronéis e o enfraquecimento da parentela epitacista, a qual, como se disse, ele fazia parte. (GURJÃO, 1999, p.70). Devido ao seu falecimento, João Pessoa não conseguiu concluir seus objetivos, porém a política paraibana a partir daí passaria a ser marcada pela tentativa de centralização do poder, implantada pelo governo federal com o intuito de retirar o controle das oligarquias regionais. Para isso foi criado um aparato burocrático, contendo nomeações de interventores e departamentos administrativos, trabalhando em prol dos interesses do governo federal:

As mudanças político-administrativas efetuadas a partir de 1930, aparelharam gradualmente o poder central, possibilitando o seu controle sobre a estrutura políticas regionais preexistentes, subordinando-as, absorvendo e delimitando seu campo de ação. Assim, se efetuou a contínua centralização do poder, em consonância com os pressupostos da acumulação e centralização do capital, privilegiando o Sudeste do país. (GURJÃO, 1999, p.76).

No entanto, o que se observou foi à permanência de práticas antigas da Primeira República (herança do período imperial), atreladas a essas novas (centralização do poder) e com elementos de forte teor ideológico (construção da identidade do político como um “herói”, um símbolo de moralidade, criando um passado glorioso de acordo

com a necessidade⁶). Desta maneira, pretendia que o governo federal assumisse o posto de figura central na política nacional, porém suas ações repetiam os mesmos aspectos patrimoniais do poder.

Mesmo com esta iniciativa, os grupos de família ainda persistiam no interior do país e do estado da Paraíba. A perpetuação dos grupos familiares na política paraibana ocorre graças à formação de novas parentelas criadas a partir da ruptura com os antigos aliados. Para Boris Fausto (2006), em alguns casos, a base dessas desavenças que geravam o rompimento era a ambição pelo poder, a possibilidade de obter um posto elevado dentro do grupo, bastando uma pequena desavença nos interesses políticos ou econômicos para a ruptura interna. Ou seja, o conflito gerado resultava na constituição de novas parentelas e junto a elas o surgimento de novos “coronéis”.

Enfim, tais rompimentos entre as famílias tornavam-se um mecanismo para a perpetuação ou o enfraquecimento de determinadas parentelas. Vejamos a seguir o exemplo de como a ruptura de um grupo fez surgir uma nova parentela, mantendo suas mesmas práticas e idéias, em um caso ocorrido a partir da segunda metade do século XX, na cidade Itapororoca, no interior da Paraíba.

DISPUTAS ENTRE PARENTELAS AO LONGO DO SÉCULO XX: O CASO DE ITAPOROROCA, PARAÍBA.

Vimos anteriormente que o poder exercido pelas oligarquias sobre seus respectivos Estados na América Latina, e em particular, no Brasil, durante os séculos XIX e XX está ligado à sua inserção no capitalismo internacional. Vimos também a importância das parentelas no meio político, como um grupo formado por elementos de sangue, de afinidade ou de parceria, e como a ruptura dessas parentelas ocasionaria a formação de outras novas. Tal processo de quebra⁷ e formação de parentelas em muito

⁶ Utilizando principalmente a imagem de João Pessoa, os políticos paraibanos, tanto os críticos quanto os aliados, passam a se espelhar na imagem do herói como forma de legitimá-los no poder. Para isso, o Estado se utilizou da disciplina História na intenção de construir seus heróis. A história narrativa, acrílica, serve a esse princípio.

⁷ O processo de quebra ou ruptura de parentela seria o processo de rompimento político de membros que faziam parte do mesmo grupo baseado em alianças políticas e econômicas relacionados, muitas vezes, em laços afetivos. Na maioria das vezes, pequenos atritos referentes a questões econômicas, políticas bastavam para a ruptura interna do grupo. Em alguns casos a base deste dilaceramento se referia à ambição pelo poder, almejando maior destaque, mais prestígio e benefícios para determinados integrantes

contribuiu para a solidificação das formas oligárquicas em nossa sociedade, pois na formação destas novas parentelas não havia mudanças substanciais nas práticas e nem nas condutas políticas. Ao contrário, o que se verifica são fortes traços de permanências.

Para ilustrar essa idéia, vejamos a seguir o caso da família Fernandes de Lima e como a ruptura de um dos seus aliados fez surgir um novo grupo no contexto político de Itapororoca, no interior da Paraíba, que, aliás, encabeçaria a própria formação e emancipação deste município, participaria ativamente do revezamento do exercício do poder político local.

A Família Fernandes de Lima, durante muitos anos, predominou na política local da cidade de Mamanguape. A cidade se constituía como polo central na região e importante centro político e econômico da província da Paraíba. Fundada em 25 de outubro de 1855, a cidade abarcava por completo o vale do Mamanguape durante o século XIX e grande parte do século XX. Sua economia baseava-se no açúcar, no algodão e no intenso comércio. A cidade comportava um porto (o Porto de Salema) através do qual escoavam as mercadorias e recebiam os produtos vindos de Recife, o que gerava certa rivalidade com o comércio da Praça da capital paraibana e, por esses fatores geoeconômicos, foi escolhida para fixar a expansão dos negócios da família Lundgren, causa, aliás, da emancipação política de Rio Tinto no território em que se instalar a cidade-fábrica que receberia seu mesmo nome⁸. Posteriormente, com o declínio do setor açucareiro, ocasionado pela seca e pela concorrência com o açúcar

de determinado grupo. Deve-se lembrar, no entanto, que o posto de “coronel” não era marcado pela hereditariedade, ou seja, para ser chefe da parentela o indivíduo deveria apresentar qualidades de liderança, poder econômico, etc., típicos de um chefe da parentela, que, portanto, deveria, a todo instante, reafirmar sua capacidade de liderança para seu próprio grupo (FAUSTO, 2006, p. 189).

⁸ A trajetória da família Lundgren teve início em 1855, quando o sueco Herman Lundgren veio para o Brasil tentar construir uma nova vida. Herman fundou várias empresas e dentre seus negócios, comprou a Fábrica Paulista, localizada em Recife. Aos poucos a fábrica foi expandindo tornando-se uma das mais importantes manufaturas de tecidos do país. Após a morte de Herman, a administração da fábrica ficou a cargo do seu filho, Frederico João Lundgren (1879-1946). A prosperidade dos negócios possibilitou Frederico construir uma nova fábrica. O baixo valor do terreno, a disponibilidade de matéria-prima, a proximidade de rios e a isenção de impostos estaduais, foram fatores decisivos para a implantação da Companhia de Tecidos Rio Tinto, em Rio Tinto, distrito da cidade de Mamanguape, inaugurada em 27 de dezembro de 1924. A vinda da fábrica abalou de forma significativa o distrito de Rio Tinto nos aspectos econômico, político e social. A vila seguia o trajeto para a autossuficiência, tendo como modelo de organização aquele idealizado pela família Lundgren. Na década de 1980, a fábrica fechava suas portas devido a crises econômicas e estruturais, deixando para a cidade um legado na arquitetura, no cenário urbano e na história da atual cidade de Rio Tinto. (Informações desta nota extraída do artigo de ROSA, Carolina Lucena Rosa. Nada de Preguiça. **Revista de História**, 11/8/2010. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/nada-de-preguica> Acesso em 05 de novembro de 2012).

estrangeiro, a economia paralisou durante o século XX, prevalecendo o comércio agrícola e de abastecimento e o setor pesqueiro. Devido ao enriquecimento advindo do açúcar e de outros meios, a família Fernandes de Lima ganhou destaque na política local e na esfera estadual, no início do século XX, elegendo prefeitos, deputados e governadores.⁹ Nomes como o de João Fernandes de Lima, José Fernandes de Lima e Manoel Fernandes de Lima, detinham o poder político e econômico na região do vale do Mamanguape, ao longo das décadas de 1940 a 2000.

Em 1943, uma pequena vila, denominada de São João de Mamanguape¹⁰, passou a fazer parte da cidade de Mamanguape, como um distrito da mesma. A pequena vila era formada por pessoas do campo e viajantes que se fixavam na terra em busca de moradia. Nas proximidades da vila vivia Epitácio Madruga, um fazendeiro, dono de grandes lotes de terra, bem querido pelos moradores e aliado político da Família Fernandes. Com o apoio dos Fernandes de Lima e de Epitácio Madruga, em 1959 foi eleito o primeiro representante da Vila São João na Câmara de Vereadores de Mamanguape, Rúbio Maia Coutinho, do Partido Social Democrático (PSD). Vindo do sertão, Rúbio Maia passara a exercer a função de fiscal, constituindo família na Vila São João após se casar com a filha de Epitácio, Ramira Madruga¹¹.

Rúbio Maia, ao assumir a função de vereador, passou a reivindicar ao então prefeito do município de Mamanguape, Manoel Fernandes de Lima, a emancipação de vila de São João, tendo em vista que a cidade de Mamanguape se encontrava em meio a um processo de fragmentação e desmembramento, que resultaria também na emancipação das cidades de Rio Tinto (em 06 de dezembro 1956) Jacaraú (em 01 de dezembro de 1961) e Baía da Traição (em 18 de dezembro de 1962). Apesar da insistência, seus apelos foram negados por Manoel Fernandes. Diante da negativa,

⁹ Cf. reportagem televisiva sobre a vinda da Família Real à cidade de Mamanguape, realizada pela TV Correio (filial da Rede Record de Televisão) em 2002, com a participação do professor Aldo Mendonça. (Única versão na internet encontrada deste vídeo está no endereço eletrônico: <<https://www.facebook.com/photo.php?v=530099750374898>> Acesso em: 15 de dezembro de 2013).

¹⁰ Por volta do século XVIII, um homem denominado de João Batista, oriundo da região fez uma viagem para o Norte do país. Ao ser capturado por nativos fez uma promessa ao seu santo de devoção, São João Batista, na qual construiria uma capela em sua terra natal caso fosse libertado. Pouco tempo, ao retornar a sua região construiu uma capela em homenagem ao santo. Aos poucos, grupos de comerciantes foram constituindo moradia nas proximidades da capela formando uma pequena vila chamada São João. (Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250710&search=paraibajitapororocajnfograficos:-historico>> Acesso em: 15 de dezembro de 13.).

¹¹ Dados obtidos a partir de depoimento Antônio Sebastião de Araújo à autora. Figura ilustre na cidade de Itapororoca, Antônio Sebastião foi eleito vereador pelo Partido Liberal (PL) no ano de 1988 com 213 votos.

Rúbio Maia, então, romperá com a família Fernandes, deixando o PSD e passando a integrar o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Sua atitude gerou grande constrangimento perante o grupo do qual fazia parte, já que Eptácio Madruga e os Fernandes de Lima mantinha-se ligados ao PSD. Com o apoio de novos aliados (José Fernandes, José Félix de Brito e Milton Fernandes Cartaxo), Rúbio Maia deu início à emancipação da Vila, através da Lei 2.701 de 28 de fevereiro de 1961, publicada no diário oficial da Paraíba no dia 29 de dezembro de 1961, para, enfim, ser instalado oficialmente o município em 15 de fevereiro de 1962, no mandato do então governador paraibano Pedro Godim¹². A vila de São João de Mamanguape passaria, então, a se chamar Itapororoca¹³.

A partir daí, foi iniciada a disputa política entre as duas parentelas: o grupo liderado por Rúbio Maia e José Felix de Brito; contra o liderado pela família Madruga com o apoio dos Fernandes de Lima. Formada a partir do atrito com os antigos aliados, a nova parentela traria novos “coronéis” com as mesmas estruturas de poder típicas em estados oligárquicos. Assim, a política local se fundamentaria no poder político sustentado no grupo familiar que se revezava no poder baseado nas suas respectivas clientelas.

Em termos um pouco mais amplos, no plano estadual, durante o período ditatorial (1964-1985), as práticas patrimoniais conduzidas pelos grupos oligárquicos permaneciam as mesmas no cenário político anterior, sendo as disputas locais apenas reacomodadas frente à legislação partidária que se estabelecia âmbito nacional. Na Paraíba, João Agripino Maia se destacava como personagem principal na esfera política. Eleito pela conservadora UDN, em 1965, fazia parte da uma das famílias mais influentes do estado, os Maias de Catolé do Rocha. Sua principal ação foi retomar a preponderância dos grupos oligárquicos no estado:

A vitória de João Agripino/ Severino Cabral consagra João Agripino como liderança política mais forte da Paraíba no pós-64. Além de calar por completo algumas vozes discordantes da sua liderança no interior da UDN, João Agripino, ao longo do seu governo, garantirá aos grupos oligárquicos mais conservadores no estado o retorno a uma situação de ampla e incontestável hegemonia política, revitalizando as práticas coronelísticas que, apesar de estarem ameaçadas ao longo do período populista, nunca deixaram de ter um espaço garantido na política local. (CITTADINO, 1999, p. 115).

¹² Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250710&search=paraiba|itapororo>
ca|infograficos:-historico>

¹³ Segundo fontes desconhecidas, o nome Itapororoca derivaria do tupi, “ita” (pedra) e “pororoca” (explosão de água). O nome faz referência à fonte de água cristalina que abastece o município de forma gratuita até os dias atuais.

Apesar da vitória de Agripino, no restante do país as eleições de 1965 repercutiram de forma negativa para os militares, com a vitória da oposição. Em meio a crise que contestava a legitimidade do golpe de 1964 que colocara o Marechal Castelo Branco na condição de presidente do Brasil, foi estabelecido o Ato Institucional Nº 02, em 17 de outubro de 1965, a fim de conter o avanço oposicionista e fortalecer a ditadura. Dentre outras medidas, o AI-2 extinguiu todos os partidos políticos existentes através do Artigo 18, instalando, posteriormente, com o Ato Complementar Nº 4 o bipartidarismo no país (CITTADINO, 2006, p.305). Assim foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida.

Neste novo contexto, na Paraíba, João Agripino Maia se tornou o chefe político local da ARENA, contando com o apoio dos membros dos extintos Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Liberal (PL), Partido Social Progressista (PSP), tendo como base formadora a UDN. Por sua vez, o MDB local era formado por políticos ligados ao antigo Partido Social Democrático (PSD) e mantinha como líder Ruy Carneiro¹⁴, exercendo uma oposição de baixa representatividade devido à fragilidade política no contexto da ditadura (CITTADINO, 2006, p.311).

Em meio ao recrudescimento da repressão, resultado dos pleitos de 1966 e 1970 afirmaram a hegemonia da ARENA e a fraca representação do MDB na Câmara e na Assembleia Legislativa. Porém, no transcorrer da década de 70 o MDB, passou a apresenta melhores resultados. Tais acontecimentos não ficaram restritos apenas aos altos cargos da política nacional. As mudanças foram sentidas em pequenas cidades do interior do país, como por exemplo, na cidade de Itapororoca. Vejamos o quadro a seguir¹⁵ formado pelas eleições municipais de Itapororoca de 1962 a 2008:

¹⁴ Substituindo Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro assumiu o cargo de Interventor da Paraíba, em agosto de 1940. Nomeado por Vargas para tentar conter os conflitos interoligárquicos no estado, durante sua interventoria Ruy Carneiro demitiu todos aqueles ligados ao grupo Argemiro de Figueiredo e adotou uma política afeita à de Vargas, de caráter populista, ampliando a participação em audiências públicas. Em seu governo, dedicou-se a práticas assistencialistas, regulamentou sindicatos e criou a Justiça do trabalho na Paraíba. Ruy Carneiro era ligado à família Pessoa e a grupos oligárquicos dissidentes do movimento de trinta. Posteriormente, se tornaria o criador do Partido Social Democrata (PSD) na Paraíba, tendo como opositores, além de Argemiro de Figueiredo, José Américo, ambos da União Democrática Nacional (UDN).

¹⁵ Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Em: 27/08/2013.

PLEITO	CANDIDATOS	ELEITO	Nº DE ELEITORES
1962	Rúbio Maia Coutinho (PSB) José Marinho de Souza (PSD)	ELEITO: Rúbio Maia Coutinho (PSB) com 772 votos (66,67%). José Marinho de Souza (PSD) (33,33 %)	1.378
1966	José Felix de Brito (ARENA) José Marinho de Souza (MDB) José Correia dos Santos (ARENA)	ELEITO: José Felix de Brito (ARENA) com 598 votos (33,58%). José Marinho de Souza (MDB) (44,17 %) José Correia dos Santos (ARENA) (22,31 %)	2.257
1969	Rúbio Maia Coutinho (ARENA 2) Alceu Costa Araújo (MDB1) Milton Fernandes Cartaxo (ARENA 1) José Adamastor Madruga (MDB2) Sebastião Coelho da Silva (MDB 3)	ELEITO: Rúbio Maia Coutinho da ARENA 2 vence com 427 (33,26%). Em 1972 acaba falecendo assumindo Aluízio Correia seu vice. Alceu Costa Araújo (MDB 1) (21,96 %) Milton Fernandes Cartaxo (ARENA 1) (19,62 %) José Adamastor Madruga (MDB2) (14,06 %) Sebastião Coelho da Silva (MDB 3) (13,10 %)	2.168

ARENA1, ARENA2 e ARENA3, assim como MDB1, MDB2 e MDB3, seguiam a mesma ideologia partidária da ARENA e do MDB, respectivamente. A utilização da numeração 1, 2 e 3 servia apenas como elemento distintivo da legenda e seus grupos internos. Tendo em vista que, devido o pluripartidarismo todos pertenciam ou ao partido dos militares ou a oposição consentida.

1972	<p>Alceu Costa (MDB 1)</p> <p>José Felix de Brito (ARENA 1)</p> <p>José Marinho de Souza (MDB 2)</p> <p>João Soares do Rego Neto (ARENA 2)</p>	<p>ELEITO: Alceu Costa (MDB 1) com 1.411 dos votos (50,48%).</p> <p>José Felix de Brito (ARENA 1) (36,39 %)</p> <p>José Marinho de Souza (MDB 2) (7,58 %)</p> <p>João Soares do Rego Neto (ARENA 2) (5,55 %)</p>	3.510
1976	<p>Humberto Espínola Guedes (MDB 1)</p> <p>José Felix de Brito (ARENA 1)</p> <p>Danizete Rodrigues Maciel (MDB 2)</p> <p>Antônio Costa de Souza (MDB 3)</p> <p>Adalberto Maia Coutinho (ARENA 2)</p> <p>Francisco Afonso de Carvalho (ARENA 3)</p>	<p>ELEITO: Humberto Espínola Guedes do MDB vence com 1332 dos votos (46,33%). Em 1982 acaba falecendo assumindo o vice José Nazareno</p> <p>José Felix de Brito (ARENA 1) (43,51 %)</p> <p>Danizete Rodrigues Maciel (MDB 2) (4,00 %)</p> <p>Antônio Costa de Souza (MDB 3) (2,50 %)</p> <p>Adalberto Maia Coutinho (ARENA 2) (1,91 %)</p> <p>Francisco Afonso de Carvalho (ARENA 3) (1,74 %)</p>	3.886
1982	<p>José Felix de Brito (PDS 1)</p> <p>Alceu Costa Araújo (PMDB 1)</p> <p>Danizete Rodrigues Maciel (PMDB 2)</p> <p>Geraldo Mendes Pontes (PDS 2)</p>	<p>ELEITO: José Felix de Brito (PDS 1, descendente da ARENA) com 1266 dos votos (37,24%).</p> <p>Alceu Costa Araújo (PMDB 1) (29,41 %)</p> <p>Danizete Rodrigues Maciel (PMDB</p>	4.783

		2) (19,65 %) Geraldo Mendes Pontes (PDS 2) (13,71 %)	
1988	Geraldo Mendes de Pontes (PL) José Adamastor Madruga (PMDB) José Nazareno de Azevedo (PTB) Antônio Azevedo Felix (PDT)	ELEITO: Geraldo Mendes de Pontes (PL) com 2.499 votos (49,4%). Acabou falecendo assumindo o vice José Avanildo Ribeiro. José Adamastor Madruga (PMDB) (45,01 %) José Nazareno de Azevedo (PTB) (3,80 %) Antônio Azevedo Felix (PDT) (1,80 %)	7.775
1992	José Adamastor Madruga (PMDB) José Felix de Brito PFL	ELEITO: José Adamastor Madruga (PMDB) com 3.795 votos (53,68%). José Felix de Brito (PFL) (46,32 %)	9.750
1996 ¹⁶	Umberto Fernandes (PMDB) Zé Ribeiro (PPB)	ELEITO: Umberto Fernandes (PMDB) com 3.895 votos (52,78). Zé Ribeiro (PPB) (47,22 %)	10.455
2000	José Ribeiro da Silva (PPB) José Adamastor Madruga (PMDB)	ELEITO: José Ribeiro da Silva	10.961

¹⁶ Em ITAPOROROCA, o vice-prefeito, sr. Carlos Lopes da Silva, faleceu. Em seu lugar, assumiu o presidente da Câmara Municipal, Franciso Augusto Meireles. Também em Itapororoca, a vereadora Elissandra Maria da Conceição foi afastada. Em seu lugar, assumiu o suplente de vereador José Batista dos Santos, que também foi afastado, por falta de decoro na sua conduta pública, conforme informa o Decreto Legislativo nº 20/99, de 13 de novembro de 1999. Finalmente, assumiu no lugar da vereadora, João Fernandes de Oliveira.

Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes> . Visto em 20 de junho de 2014.

		(PP) com 3.699 votos (54%). Já no fim do mandato pediu afastamento assumindo a vice Riselda Nunes. José Adamastor Madruga (PMDB) (46,00 %)	
2004	José Adamastor Madruga (PMDB) Riselda Nunes (PP) Luiz Humberto (PL)	ELEITO: José Adamastor Madruga (PMDB) com 4.389 votos (51,97%). Riselda Nunes (PP) (40,77 %) Luiz Humberto (PL) (7,26 %)	10.039
2008	Eleição anulada devido irregularidade do candidato eleito (José Adamastor, PMDB), assumindo o candidato oposicionista Celso Morais (DEM), e posteriormente, por intermédio de liminar, o presidente da Câmara, Erilson Cláudio (PTB), torna-se prefeito interino em 2010 até o fim do mandato em 2012.		11.518

Conforme se vê no quadro acima, as duas primeiras disputas pelo poder, no pleito de 1962 e 1967, marcam a vitória do grupo liderado por Rúbio Maia (ARENA), através da vitória do próprio Rúbio e de José Felix. Nas eleições subsequentes, o grupo da família Madruga (MDB) se consagrou vencedor ao eleger seus representantes, ocorrendo, posteriormente, uma oscilação entre ambos. Ou seja, o partido governista viveu seu momento de apogeu, e posteriormente, caiu num período de tempo curto, dando espaço à oposição que conheceu seu auge e decadência. A “abertura política” no país só se realizaria no final do governo de Figueiredo, em 1985, através de um longo processo controlado desde 1974 para não comprometer os agentes da ditadura. Em função da divisão interna da ARENA, a eleição de 1978 consagrou o MDB vitorioso em grande parte do país, refletindo o esgotamento da ditadura militar. Porém, as eleições 1978 não acarretaram mudanças profundas na estrutura político-partidária. O que ocorreu em Itapororoca, no entanto, como em grande parte do país, foi apenas uma troca

de parentela, tendo em vista que, ambos os partidos eram constituídos por uma elite de base familiar formada por grupos tradicionais que se dividiram por questões locais na bipolaridade partidária da ditadura.

A preponderância de grupos de família se fez muito presente no interior do país durante e após o período ditatorial. O exemplo da cidade de Itapororoca revela que os sobrenomes de família, através da força da tradição, se mantiveram como principal plataforma política, acima de qualquer legenda partidária ou programática, possibilitando que acontecimentos como o ocorrido nas eleições de 2008 na cidade de Itapororoca, quando o ex-prefeito José Adamastor Madruga (PMDB), mesmo sabendo que estava impedido pela Justiça Eleitoral de assumir o cargo de prefeito, devido à rejeição das contas referente o seu primeiro mandato (1993-1996) pelo Supremo Tribunal Federal¹⁷, se lança como candidato e obtém nas urnas votos suficientes para sua reeleição. Porém a situação de inelegível o impediu de assumir o cargo. Ou seja, sua eleição, apesar dos agravantes, é demonstrativa da lealdade da parentela ao chefe local.

Durante o golpe militar instalado no país, tentou-se implementar uma política desenvolvimentista¹⁸. O processo de modernização criou Secretarias, Centros Administrativos; dinamizou a economia local, favorecendo a vinda de diversos grupos industriais vindo do Sul do país, através da criação da SUDENE; investiu na infraestrutura, criando estradas pavimentadas e levando energia elétrica ao setor rural, etc. No entanto, conforme salienta Monique Cittadino (1999, p. 122), o processo de modernização serviu apenas ao interesse dos grupos oligárquicos que se beneficiavam dos investimentos vindos do governo federal (indústria da seca) e dos novos cargos públicos, oriundos da multiplicação de órgãos públicos criados para favorecer a clientela dos grupos tradicionais, apresentando-se como um processo de conservação dos grupos tradicionais, enquanto a grande massa popular vivia em condições de descaso e de miséria. Deste modo:

As articulações entre o poder local e as instâncias superiores selam a utilização de recursos federais pela elite proprietária local, no sentido de

¹⁷ Dados obtidos pelo Acórdão – AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL N ° 32.937 – CLASSES 32ª – ITAPOROROCA – PARAÍBA. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. SESSÃO DE 18.12.2008.

¹⁸ Processo de modernização do Estado, presente em todo o país, propunha mudanças no caráter do Estado, dando a ele novas atribuições que implicaria numa dinamização da economia. Para o cumprimento das novas tarefas fora criado todo um corpo burocrático-administrativo a fim de atender as novas necessidades. Para tanto foram criados, por exemplo, Secretarias de Planejamento, de Administração, etc. (CITTADINO, 1999, p. 120).

conseguir que o curso de determinadas estradas passasse próximas às suas propriedades para facilitar as comunicações e o escoamento da produção; a construção de açudes públicos em terras particulares que nunca seriam desapropriadas; os prêmios pela construção de açudes particulares; a diminuição da migração da mão de obra e a exploração de barracões para a venda de víveres aos trabalhadores flagelados. (TERUYA, 2012, p. 259).

Ou seja, os políticos paraibanos, assim com os políticos dos outros estados, se apossaram das obras públicas, almejando enriquecimento econômico e a preservação da sua parentela, utilizando as obras públicas como forma de monumentalizar seu nome.

Nem sempre se possa estabelecer uma relação estreita para benefícios estritamente econômicos e os grupos oligárquicos dirigentes. Ainda assim, no plano simbólico é possível perceber as auto-homenagens em edifícios públicos como formas de utilização privada de bens públicos.

Desta maneira, facilmente encontramos nos arredores das cidades construções realizadas com o dinheiro público, carregando o nome de “pessoas ilustres”, chefes locais como identificados por Vitor Nunes Leal, como uma forma de preservar o sobrenome da família. Vejamos alguns exemplos:



Câmara Municipal de Itapororoca Rúbio Maia Coutinho, homenagem ao primeiro prefeito da cidade.

(Foto da autora.)



Localizada em Itapororoca escola carrega o nome do ex-prefeito da cidade de Mamanguape. Manoel Fernandes era o então prefeito de Mamanguape no período da emancipação política de Itapororoca. A escola foi construída durante o mandato do ex-prefeito Adamastor Madruga, sendo o seu pai o já falecido Eptácio Madruga grande aliado da Família Fernandes de Lima.

(Foto da autora.)



Vista do bairro Eptacio Madruga, Itapororoca – PB. O surgimento do bairro iniciou-se com a doação de casas populares durante o mandato do ex-prefeito Humberto Fernandes de Souza. O mesmo era aliado político da família Madruga, e acabou por fim homenageando o patriarca da família Madruga. No presente bairro ainda localizamos a Escola Estadual Isaura Fernandes de Souza, fazendo referencia a própria família do ex-prefeito Humberto Fernandes de Souza.

(Foto da autora.)



Placa na Praça Geraldo Mendes de Pontes, posta para marcar a reforma realizada durante o mandato do prefeito interino o ex-vereador Erilson Cláudio (PTB, 2010-2012).

(Foto da autora.)

Em meio a essa apropriação privada de espaços públicos através da nomeação de correligionários da parentela, uma sutil mas importante forma de demarcar a apropriação política do território seriam as placas, conforme o último exemplo fotográfico acima. Nelas encontram-se todas as informações que é do interesse do chefe local, que deseja ser o benfeitor, aquele que traz o benefício para os cidadãos. Por mais simples que seja a reforma ou a construção de um bem público, as placas sempre estão presentes com o nome de quem fez e fazendo referência a algum aliado próximo. O objetivo é não se deixar esquecer. Os coronéis/chefes locais nomeavam os bens públicos como algo particular, se apossando de tal forma que não havia uma dissociação entre o público. Assim, pode-se dizer que:

Os políticos paraibanos construíram ‘verdades fatuais’ apropriadas aos seus interesses. Aossados na máquina administrativa, os representantes do povo paraibano relacionaram suas ações ao mérito individual e proativo de capacidades administrativas. A cada nova administração, as realizações foram colocadas como únicas e particulares a ela, e não houve a perspectiva isenta e impessoal do político paraibano, para quem o fim de suas obras e/ou ações, sejam elas estruturais ou sociais, fosse inserido no âmbito do desenvolvimento da Paraíba sem personalismo político. (SANTOS NETO, 2012, p. 99)

Desta maneira, o regime ditatorial favoreceu a hegemonia política e econômica das elites oligárquicas. Com a contenção dos movimentos sociais (Ligas Camponesas e

Sindicatos Rurais, por exemplo) e a apropriação da máquina estatal (controle de cargos e verbas públicas), a classe dominante agrária continuou a exercer extensos poderes sem maiores resistências, permanecendo com as tradicionais práticas políticas.

No ano de 1979, fora reinstituído no país o pluripartidarismo, extinguindo os dois partidos oficiais ARENA e MDB. A ARENA foi substituída pelo Partido Democrático Social (PDS) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). O MDB passa a ser o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Apesar da mudança, nas eleições de 1982 (a primeira dentro desse novo quadro) na Paraíba, os grupos tradicionais permanecem como personagens principais nas disputas eleitorais, utilizando a máquina estatal a seu favor, impondo intensos limites ao processo de democratização, através da manipulação do eleitorado e de práticas clientelísticas.

Nas eleições de 1986, o PMDB, então partido governista, mantinha-se no auge em todo o país. Entretanto, a mudança de hegemonia eleitoral do partido não resultou em grandes transformações substanciais no campo político. Ao contrário, as práticas políticas clientelísticas permaneceram devido à vinculação dos parlamentares a oligarquias tradicionais.

Em contrapartida, o conturbado processo de redemocratização, que contava com novos agentes sociais do país inteiro (sindicatos, movimentos sociais, novos partidos políticos de base popular) permitiu a ampliação dos direitos políticos e civis, conformados na Constituição de 1988. Porém, “as velhas práticas políticas, incluindo a corrupção, estavam todas de volta. Os políticos, os partidos, o Legislativo voltaram a transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos e voltados unicamente para seus próprios interesses” (CARVALHO, 2011, p.203). A “democracia” instalada trouxe consigo avanços e permanências. Por sua vez, a grande frustração da democracia foram os representantes do povo que mantiveram as mesmas práticas políticas presentes desde o império.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, vimos como o sistema oligárquico atuou em países da América Latina e no Brasil, seus métodos adotados e como o conjunto dessas

sociedades se viu presa às suas práticas nos cenários políticos nacional, estadual e municipal. Nosso passado político enraizado no paternalismo, clientelismo, patrimonialismo, etc., criaram eleitores favoráveis a barganhar seus votos, a cedê-los pacificamente (ou não) a seus compadres e aliados, sem pensar nas consequências de suas ações de modo mais abrangente do que benefícios individuais imediatos. Desta maneira, tornou-se corrente a prática de indivíduos chegarem ao poder por meio de eleições graças à força da sua rede de alianças (grupos familiares e aliados), mesmo que suas práticas políticas sejam contrárias às de um Estado Democrático.

Ao vermos o fato ocorrido nas eleições de 2008 na cidade de Itapororoca, identificamos que práticas tradicionais, herdadas dos Estados oligárquicos e do coronelismo brasileiro, apresentam-se de diversas formas na história política local. Ao se lançar candidato mesmo tendo suas contas referentes ao primeiro mandato negadas, o então prefeito teve de sua clientela eleitoral a resposta desejada, ou seja, teve a maioria dos votos mostrando o seu poder local, advindo através de práticas tradicionais. Assim, o resultado das eleições de 2008 em Itapororoca seria o fruto de um passado político baseado em resquícios do patrimonialismo, do clientelismo, presentes desde a emancipação da mesma. Para enfatizar tal afirmativa, vejamos alguns fatos da história política local a fim de identificar algumas dessas práticas no contexto político local.

A política itapororoquense construiu seus alicerces em duas bases durante a ditadura militar: uma formada pelos antigos partidários da ARENA (Rúbio Maia e José Felix) e outro com os da MDB (membros da família Madruga e aliados), a partir desses dois grupos a política local foi sendo construída ao longo dos anos. Desde a sua fundação até os dias atuais, no município de Itapororoca se verifica um revezamento de poder entre essas duas bases políticas, ou seja, durante um período (normalmente dois mandatos) um dos dois grupos comandavam o município¹⁹. Com a morte dos principais líderes do grupo da extinta ARENA, o agora PMDB (substituto do MDB) ganhou mais força no cenário local constituindo-se como o mais tradicional após o esfacelamento da ARENA, tendo Adamastor Madruga, filho de Epitácio Madruga, como personagem principal na política local.

No pleito de 2008, duas chapas disputavam o poder: uma comandada pelo então prefeito e candidato a reeleição pelo PMDB, Adamastor Madruga, e outro, de oposição, lançado pelo Partido Democratas (nomenclatura atual do PFL, partido herdeiro direto da

¹⁹ Para uma melhor visualização ver tabela na página 24.

ARENA), Celso Morais. Apesar de impugnado pela Justiça, Adamastor Madruga tinha em suas mãos o controle da máquina municipal, já que era o então prefeito, e a vantagem do sobrenome tradicional no plano municipal.

Ao longo do século XX, oposição e situação, portanto, eram formadas cada uma por sua parentela, por seu grupo de parentes, aliados e eleitores clientes. O candidato da situação tinha a seu favor um grupo familiar mais forte e sólido, construído ao longo de toda a história local, ou seja, tinha o poder político e o poder da tradição familiar e partidária.

Com uma economia voltada basicamente para a agricultura (cultivo do abacaxi e da cana-de-açúcar), o cargo público configura-se ainda hoje como principal meio de adquirir renda para os indivíduos e um meio de favorecer e prender o eleitor ao chefe local. Desta maneira, os cargos públicos transformam-se numa forma de laço de gratidão entre quem favorece e quem é favorecido, sendo uma forma, também, de barganhar os votos. Ao declarar apoio ao chefe local, fazendo parte do seu grupo, o indivíduo passava a ser apadrinhado, ganhando um cargo público ou era beneficiado de outra maneira. Quando da troca de governo, mudava-se não apenas o chefe local, mas todos aqueles que o apoiavam. Assim, o período eleitoral se assemelha a um campo de batalha nas cidades interioranas: situação X oposição guerreando a fim de permanecer ou tomar o poder, tendo seu exército de eleitores formado pelos membros do seu grupo político e sua clientela eleitoral, que se insere na disputa pensando não necessariamente no coletivo, mas nos possíveis benefícios imediatos prometidos pelo chefe local. Ou seja, os funcionários públicos sem concursos, mas indicados como cargos comissionados, configuravam-se como uma nova clientela.

Tais características patrimonialistas, clientelística, monumentalista e de controle político de base familiar, constituído pelos aliados e eleitores fieis ao redor de um chefe local seria uma maneira de explicar de forma plausível as causas que levaram (e levam) os indivíduos escolherem seus representantes. No entanto, esses não seriam os únicos fatores influenciadores na hora do voto. Talvez o que importa para algumas pessoas não seja o julgamento da Justiça Eleitoral, mas os benefícios que o chefe local trouxe para a cidade. Talvez seja o auxílio em momentos difíceis, ou o carisma, ou poder dos seus aliados, ou até o discurso de família tradicional. Seja qual for o motivo, o que verificamos a cada dia não apenas na cidade de Itapororoca, mas nos demais cantos do Brasil, é que os Estados oligárquicos deixaram de herança grandes marcas no nosso

presente político e, apesar das mudanças econômicas e sociais, as práticas políticas se naturalizaram tornando-se comuns, mesmo com a iniciativa dos órgãos centrais como a Justiça Eleitoral, julgando e punindo aqueles que se apropriam do poder público.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**, Brasília: UnB, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História do Poder, História Política. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIII, n. 1, p. 123-141, junho, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: 14^a ed Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, vol.40, n. 2. 1997.

CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964/1986). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da, GURJÃO Eleite de Queiroz, ARAÚJO Martha Lúcia Ribeiro de, CITTADINO Monique (orgs.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1999, p. 111-134.

CUEVA, Agustín. O Estado Oligárquico. In: **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983, p. 121-134.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 61-89.

FAUSTO, Boris. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 8^a ed. 2006, p. 172-209.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. A nova história do poder político e a cultura política. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz e SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder Político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012. p. 25-46.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana: (1889 – 1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da, GURJÃO Eleite de Queiroz, ARAÚJO Martha Lúcia Ribeiro de,

CITTADINO Monique (orgs.). **Estrutura de poder na Paraíba** – João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1999, p. 53 -90.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História: Novas Abordagens** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180- 193.

LEAL, Vitor Nunes. Indicações sobre a estrutura e o processo do “Coronelismo”. In: **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo, no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 19-57.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: 2. Ed. Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: 3 ed. Nova Fronteira, 1998.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. O poder e as mutações da política na Paraíba pós 1930. In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz e SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012, p. 85-107.

TERUYA, Marisa Tayra. Em família: arranjos negociações e poder local na Paraíba (1940-1946). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz e SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012, p. 251-270.

WASSERMAN, Claudia. A manutenção das oligarquias no poder: As transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 51-70, dezembro 1998.